

Vantagens da crise

O governo soube administrar bem a paranóia política do pacote, compartilhando com o Congresso os seus efeitos. Não que tenha havido exagero quanto à gravidade da crise financeira. Não houve. O exagero está na ênfase que passou a ser dada às reformas, como se delas dependesse a cura para os males da crise originada em Hong Kong.

A crise, a rigor, evidenciou uma fragilidade da política econômica do governo, que ancorou a estabilidade do real na areia movediça do fluxo de capitais externos. O Congresso nada tem a ver com isso. Com todos os seus defeitos, disse sim a praticamente tudo o que o governo quis, de bom ou de ruim.

Se as reformas estavam empacadas, é inegável que isso decorria também do desinteresse do governo. Em mais de uma oportunidade, o presidente Fernando Henrique deixou claro que a estabilidade do real não dependia delas e que, portanto, divergia de alguns personagens de sua equipe econômica que insistiam em apressá-las.

Eis, porém, que a crise asiática desfaz ilusões, arranjos e projeções. Subitamente, a luz vermelha no painel se acende e, com ela, toca o alarme: bomba a bordo. O presidente viu toda a programação de sua campanha à reeleição escorrer pelo ralo. O pacote é recessivo e, como avisou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai aumentar o desemprego. O presidente viu-se como alguém que, repentinamente, põe o dedo na tomada e leva um choque.

Em vez de ficar gritando, segrou na mão do vizinho, transmitindo-lhe o impacto. O vizinho, no caso, é o Congresso, que, em vez de desligar a chave elétrica, se limitou a gritar. Foi meio no grito que a Câmara ressuscitou a reforma administrativa e coloca-se à disposição do governo para aprovar as demais reformas — a previdenciária e a tributária.

É claro que as reformas são importantes, mas não no sentido do que o governo sustenta. Elas não produzem resultados imediatos. A administrativa, por

exemplo, só começará a ser sentida daqui a uns dois anos. A tributária, que só deve ser votada ano que vem, só poderá entrar em vigor em 1999.

O dividendo político que o governo extraiu do susto da crise é o de passar à opinião pública a idéia de que não tem responsabilidades diretas com o que aconteceu — a crise externa nos teria atropelado sem pedir licença. Seríamos mais vítimas que vilões. E mais: somente o Congresso pode dar jeito nos estragos produzidos.

O pacote está sendo introduzido goela abaixo sem maiores discussões e as reformas, que estavam remetidas (pelo próprio governo) para a próxima legislatura, foram ressuscitadas. Convém não esquecer que foi o governo, com a emenda da reeleição, quem antecipou o processo eleitoral e adiou a discussão das reformas.

A crise, nesse sentido, lhe está sendo positiva: adiou a discussão sucessória e garantiu a Fernando Henrique a chance de reunificar por algum tempo sua base parlamentar.